

# Contas não estão batendo

---

JANES ROCHA

BRASÍLIA - Os deputados da Comissão Mista de Orçamento do Congresso suspeitam que o governo tem margem para cortar gastos dentro do projeto de lei orçamentária para 1999, que está sendo analisado pelos parlamentares. Segundo o deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG), as despesas com aposentadorias, reformas e pensões dos servidores públicos inativos expressa no projeto de lei orçamentária "não estão batendo com nossos cálculos". Essa é uma das despesas chamadas de "incomprimíveis", ou seja, são definidas pela Constituição e não podem ser reduzidas.

O governo havia destacado, no primeiro projeto enviado ao Congresso em 31 de agosto, um valor de R\$ 14,3 bilhões para pagamento de aposentadorias e R\$ 6,7 bilhões para pensões dos servidores inativos. O projeto foi rejeitado porque os parâmetros macroeconômicos utilizados pelo governo estavam muito distantes da realidade, devido à crise financeira internacional, e voltou ao Ministério do Planejamento para ser recalculado. Quando voltou ao Congresso em novembro, o projeto de lei previa um gasto de R\$ 15,8 bilhões com aquelas aposentadorias e R\$ 7,8 bilhões com pensões.

Em comparação com o que o governo está gastando este ano, de acordo com dados do Siafi, o sistema de informações do governo federal, a despesa com aposentadorias teria sido elevada em R\$ 1,7 bilhão e com pensões, R\$ 875 milhões. O governo alega que o gasto a mais de um projeto para o outro se deve à previsão de pagamento de gratificações aos militares e aos professores universitários conquistados esse ano e que começam a ser desembolsados no ano que vem. Mas os parlamentares contra argumentam que o governo já sabia dessas gratificações quando fez o primeiro projeto.

O projeto de lei orçamentária dá pouca margem de remanejamento de verbas e as brechas passíveis de alteração devem ficar para atender pelo menos em parte as emendas dos parlamentares. Até agora, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso só encontrou R\$ 275 milhões que podem ser remanejados para emendas. Mesmo assim, o valor total das emendas chega a R\$ 14 bilhões o que, segundo o relator geral da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS) será impossível de atender.